



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mariana Tavares Sousa¹

Resumo: O artigo faz uma breve análise da importância histórica dos movimentos sociais para a sociedade e os desafios enfrentados por eles. É contextualizado o surgimento dos movimentos sociais no Brasil e os seus desdobramentos, bem como são apontadas tendências daqueles na cena contemporânea. Ademais, é realizada uma reflexão sobre a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Lutas sociais. Luta de classes.

Abstract: The article briefly analyzes the historical importance of social movements to society and the challenges they face. It is contextualized the emergence of social movements in Brazil and its unfolding, as well as the tendencies of those in the contemporary scene are pointed out. In addition, a reflection is made on the articulation of Social Service with social movements.

Keywords: Social movements. Social struggles. Class struggle.

Introdução

Não é possível compreender os movimentos sociais, sem entender primeiro a Questão Social. A contradição entre o Capital e o Trabalho é o cerne dessa questão, na qual os trabalhadores produzem a riqueza social e esta é apropriada pelos capitalistas, donos dos meios de produção. A partir da exploração da única propriedade do trabalhador (a força de trabalho) é possível que a burguesia consiga lucrar e enriquecer. Essa contradição representa a lei geral da acumulação, que produz a pobreza da classe trabalhadora em detrimento da riqueza da classe burguesa. O antagonismo das classes sociais é o elemento fundante da luta de classes.

A Questão Social não se configura somente no âmbito econômico, ou seja, na esfera produtiva, mas também no âmbito político. A entrada da classe trabalhadora no cenário político, reivindicando seus direitos e lutando por melhores condições de trabalho e qualidade de vida marca o processo de tomada de consciência de classe. A consciência dos trabalhadores, enquanto classe, determina a passagem da *classe em si* para *classe para si*.

Sobre os elementos que constituem a luta de classes, destaca-se que, além da classe trabalhadora e da classe dominante, também há o Estado. O Estado capitalista

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: mari34269@gmail.com.

é denominado, por Karl Marx, como o comitê executivo da burguesia, já que este age em favor dos interesses desta classe. Entretanto, na luta de classes, esse elemento pode, também, ser entendido como um mediador que tenta conciliar os interesses das classes antagônicas, ainda que se constitua em um Estado burguês.

Ademais, vale ressaltar, que as lutas sociais também expressam a presença da classe trabalhadora no cenário político. A partir de uma análise marxista, compreendem-se as lutas sociais enquanto um desdobramento e uma expressão da luta de classes, delineada pela Questão Social. Assim sendo, as lutas sociais estão intrinsecamente ligadas à luta de classes e são parte constitutiva desta.

Portanto, evidencia-se que a partir da compreensão da luta de classes e das lutas sociais pode-se perceber a importância histórica dos movimentos sociais na cena política da sociedade capitalista. Sociedade que é determinada, primordialmente, pelos interesses de uma classe dominante.

Desenvolvimento/Delimitação de movimentos sociais

Entende-se por movimentos sociais, as organizações da sociedade civil articuladas coletivamente objetivando mudanças sociais. A partir do seu caráter político-social, esses movimentos criam diversas estratégias de luta para alcançar seus objetivos, como manifestações, marchas, passeatas, etc. Ainda que o conceito de movimentos sociais tenha diferentes significados de acordo com os diferentes autores e definições.

O Movimento Social, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. (DURIGUETTO, 2010, p.264)

Emergência dos movimentos sociais no Brasil

No período de 1961 a 1964, percebe-se uma forte mobilização social no Brasil. Neste período, há uma ascensão do movimento sindical que articulou diversas greves. Além deste, outros movimentos ganharam força nesse momento, como o estudantil e os do campo, fortalecendo a discussão das reformas de base e de um projeto popular para o Brasil.

Com o golpe de 1964, instaurou-se um governo ditatorial, que aprofundava a condição de dependência do país em relação às potências mundiais. Com um projeto antidemocrático, o governo militar se manteve por vinte anos no direcionamento do país. Esse período foi marcado pela perseguição e repressão aos movimentos sociais e as oposições ao governo militar foram forçadas ao silenciamento.

Essa perseguição à oposição exemplifica-se, principalmente, no quinto Ato Constitucional (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva. Ato este que decreta o fechamento do Congresso, a censura aos meios de comunicação, a cassação dos mandatos dos deputados de oposição e o fim do habeas corpus, entre outras medidas autoritárias. O AI-5 deixa explícita a intolerância com as forças populares opositoras e é considerado o elemento mais duro do regime militar brasileiro.

Próximo aos anos finais do governo militar, novamente se observa a ascensão da luta popular no cenário político. Devido às condições econômicas e sociais do país instaura-se uma generalizada insatisfação com as diretrizes do governo. A crise do milagre econômico, o desemprego, a inflação, o endividamento externo do país e o visível anacronismo social colocaram em cheque o regime militar, fazendo emergir protestos, greves, manifestações, atos públicos, etc. Entre essas mobilizações, destaca-se as "Diretas Já", esta ocorre no primeiro semestre de 1984, reivindicando a redemocratização do país com eleições diretas para presidente.

Consolidam-se, nesse período histórico, diversos movimentos sociais e ganham folego outros já consolidados, como o sindical e o estudantil. O movimento sindical passa por um processo de reconfiguração e tem sua nova fase denominada como "novo sindicalismo". O movimento estudantil reforça sua articulação com o sindical, somando forças na luta dos trabalhadores, visando um novo modelo nacional que priorize uma educação de qualidade. A partir da década de 70, surgem outros movimentos sociais, no país, que desempenham um papel importante de resistência e de avanço nas lutas contra as medidas adotadas pelos governos brasileiros subsequentes.

Os movimentos sociais brasileiros nos anos 2000, durante o governo PT

No período dos anos 2000, os movimentos sociais sofrem algumas inflexões devido a conjuntura política de esquerda, já que nota-se que alguns partidos e movimentos inteiros assumiram uma nova postura política.

Primeiramente, destaca-se que o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, constituía-se como um partido forte e combativo, que desempenhava papel importante na organização da classe trabalhadora, a partir de seu comprometimento com o trabalho de base. Porém, após ganhar as eleições presidenciais em 2003, o governo do PT não realizou as reformas de base demandadas pelos diferentes movimentos sociais, ao contrário deu continuidade ao modelo neoliberal implementado anteriormente no Brasil.

Em seguida, vale ressaltar, também a CUT (Central Única dos Trabalhadores) criada em 1983, que possuía uma perspectiva crítica e um caráter combativo; e, entretanto, nos anos 1990, passa por um período de reorganização e rearticulação e percebe-se que a mesma apresenta um processo de cooptação, alterando seu perfil ideológico e articulando-se a um processo de conciliação com o governo.

Além disso, lideranças importantes dos movimentos sociais passam a compor o governo, especialmente o próprio presidente. O que gera certa confusão no ideário de movimento e governo. A partir de figuras de lideranças dos movimentos sociais no governo, cria-se uma expectativa de que esses teriam participação nos espaços de formulação de políticas e de decisão, o que não ocorre. Isso se comprova já que o governo consegue aprovar medidas de caráter neoliberal sem ampla mobilização dos movimentos e sindicatos devido a cooptação dos mesmos.

O governo se apresenta em relação aos movimentos sociais como um governo de diálogo, que recebe suas lideranças como um governo participativo, aberto às conferências. Sem dúvida, há muito mais conferências neste governo do que no anterior, mas da participação à decisão política há uma grande distância, e o governo cede apenas o que quer. (FACHIN, 2010, p.21)

Durante o governo PT, nota-se uma fragmentação no campo das esquerdas e uma dificuldade de articular resistência às medidas adotadas por ele, devido ao fato de que alguns segmentos da esquerda estavam apoiando-o e outros estavam em oposição. Essa fragmentação da resistência caracteriza os movimentos sociais entre os anos de 2003 e 2015.

Outras [organizações populares] fazem um discurso radical, mas se apoiam em acordos de bastidor com governos, inclusive declaradamente de direita, o que supostamente seria uma contradição. A relação, no caso, não é com Estado, mas com governos. Explico: grande parte do que eram movimentos sociais são apenas organizações e lutam pela sua própria sobrevivência enquanto tal. E perderam a intenção de elaborar novos direitos e um novo Estado. Fazem um mero jogo político com governos, o que revela uma política mais particularista que a dos anos 80. (FACHIN, 2010, p.6)

Assim sendo, verifica-se que com a ascensão da esquerda ao poder, houve um enfraquecimento da unidade e da força dos movimentos sociais na reivindicação e resistência em busca da concretização das lutas que os caracterizavam.

Impactos do neoliberalismo nos movimentos sociais

O projeto neoliberal implementado no Brasil, a partir da década de 90, traz grandes impactos para o mundo do trabalho. A reestruturação produtiva incide na precarização e na flexibilização do trabalho, acompanhada de um modelo de Estado que desregulamenta as leis trabalhistas, estimula as privatizações e impulsiona a liberalização comercial. Essas modificações impactam significativamente nas organizações e movimentos da classe trabalhadora.

Esse processo de mudança do setor produtivo, implementando medidas de precarização do trabalho, como o trabalho parcial, temporário, terceirizado e subcontratado, contribui para a fragmentação da classe trabalhadora. A partir dessas implementações, percebe-se que a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (Antunes, 1965).

Um forte impacto dessas medidas de reestruturação produtiva é o desemprego, são expulsos do mercado de trabalho enorme contingente de trabalhadores que passam a engrossar o exército de reserva. Esse fator impacta diretamente na mobilização dos trabalhadores urbanos.

Diante disso, fica explícito que o movimento mais atingido pelas medidas neoliberais foi o movimento operário. Entretanto, todos os movimentos sociais sofreram, em certas medidas, com o avanço do neoliberalismo. Contudo, a resistência do movimento sindical frente a esse avanço foi expressiva, podendo-se destacar: a greve dos petroleiros em 1995; o amplo apoio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a expansão dos movimentos do campo e a volta do debate sobre reforma agrária; o crescimento de movimentos populares como o movimento negro, o feminista, o LGBTQ+, dentre outros.

Sem dúvida, ainda nota-se o compromisso de diversos movimentos sociais em lutar contra o projeto hegemônico, tendo em vista outro projeto político, oposto ao neoliberal. Em outras palavras, a luta por um projeto democrático popular, não se dá apenas pela via da garantia dos direitos civis e políticos, mas pela ruptura com a realidade que está posta e a construção coletiva de outro modelo nacional, como FACHIN (2010) afirma: “O projeto democrático popular tem lutado pelo reconhecimento de outros saberes, outras práticas que foram e são encobertas, ignoradas e deslegitimadas pela hegemonia neoliberal.”

Tendência à fragmentação dos movimentos sociais

Na contemporaneidade, os movimentos sociais sofrem diversas inflexões, dentre elas, destaca-se a incorporação do pensamento pós-moderno como um elemento que contribui para a fragilização dos referidos movimentos, fragmentando-os. Isso ocorre porque a partir da defesa da superação do projeto da modernidade e da sociedade dividida em classes sociais, há uma ênfase ao particularismo. Ao defender o fim da classe trabalhadora, esse pensamento contribui para a fragmentação da classe e para a fragilização da articulação em seu interior. Dessa forma, é expresso um caráter anti-totalidade, que promove a fragmentação da luta de classe, imprimindo um viés identitário nas lutas contra determinadas opressões, ainda que essas tenham a mesma gênese: a questão social.

Do exposto, constata-se que o pensamento pós-moderno configura-se em um modelo ideológico legitimador da ordem da sociedade, que contribui com a afirmação do pensamento dominante, corroborando para a manutenção do próprio sistema capitalista.

Autores como Maria da Glória Gohn, também identificam a particularidade dos movimentos sociais como um obstáculo para as lutas sociais. Para a autora, as divergências politico-ideológicas dos movimentos sociais os dividem, o que se torna uma dificuldade para a execução de suas ações, já que se particularizam as suas pautas.

Serviço Social e movimentos sociais

A articulação do Serviço Social com movimentos sociais pode ser percebida em diferentes períodos históricos. No processo de renovação da profissão no Brasil, os movimentos sociais, em efervescência nesse período, tiveram papel fundamental para que essa mudança se concretizasse, como o “Congresso da Virada” que contou com a participação de diferentes segmentos da sociedade.

A articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais está expressa na Lei de Regulamentação da profissão (1993), que determina como competência do assistente social prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais. Também o Código de Ética (1993) assegura o direito de o assistente social apoiar e/ou participar de movimentos sociais, respeitando a autonomia dos mesmos. Dessa forma, segundo Duriguetto (2014), a intervenção dos profissionais junto às organizações e lutas coletivas implica na criação de ações e relações no sentido da promoção e do fortalecimento das mesmas.

Conclusão

Destarte, percebe-se a importância dos movimentos sociais para a sociedade, já que a partir de suas lutas pode haver uma reconfiguração da realidade, a garantia de um direito, o atendimento de uma determinada demanda, o aumento da visibilidade de uma pauta, entre outros desdobramentos.

Nota-se a presença dos movimentos sociais na construção da sociedade brasileira, configurando-se de diferentes formas conforme a conjuntura política dos diferentes períodos históricos. A depender do momento político, a atuação desses grupos enfraqueceu-se ou fortaleceu-se. Mas, sem dúvida, desde a emergência dos mesmos até os dias de hoje, estes sempre tiveram papel significativo que merece ser mais bem aprofundado para além desse artigo.

Porém, é oportuno ainda, destacar alguns recursos utilizados pelos movimentos sociais, a fim de fortalecer a atuação destes na sociedade contemporânea. O uso da tecnologia e a articulação com as universidades são ferramentas que servem a esse propósito. A utilização da internet colabora na difusão de informações sobre os movimentos sociais, divulga notícias, esclarece notícias falsas e colabora na articulação em rede entre movimentos sociais. Quanto à articulação com as universidades, a produção acadêmica, como textos, artigos, relatórios, projetos de extensão e outras atividades práticas contribuem para aumento de informações, dados, conhecimentos, difusão acerca dos movimentos sociais e sua importância para a luta de classes. Destaca-se as faculdades de Serviço Social que, em sua maioria, possuem interlocução com os movimentos sociais.

Portanto, fica nítido que os movimentos sociais são necessários para a sociedade e que devem ser respeitados, divulgados e apoiados. Estes devem superar seus pontos de divergência, muitas vezes, para construir uma unidade a fim de enfrentar ataques de governos conservadores e autoritários. A unidade também é importante para alcançar pautas historicamente difíceis de serem conquistadas. A atuação dos movimentos sociais precisa tornar-se cada vez mais resistente a uma sociedade cada vez mais desmobilizada, individualista e conservadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil recente. In: _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 225-245.

BAVA, Silvio Caccia. A fragilização do imaginário da transformação social. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.16-19, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. *Revista Temporalis*. ABEPSS, Ano VIII, n. 16, p.45-66, 2008

DURIGUETTO, M. L. e MONTÃO, Carlos. *Estado, Classe social e Movimento Social*. SP: Cortez, 2010.

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. V. 16, n.47. Maio-ago, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Os movimentos sociais na conjuntura social e política. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.10-11, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e a Graziela WolFar

LESBAUPIN, Ivo. Movimentos sociais e o pós-Lula. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.20-23, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

Manual do Artigo Científico. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em:< <http://portal.metodista.br/biblioteca/servicos/manual-de-artigo-cientifico>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Um novo perfil de organizações fruto do neoliberalismo. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.24-26, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

POLETTTO, Ivo. A retomada do comunitarismo na vida social. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**. São Leopoldo, Edição 325, p.12-15, 2010. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.